

Estado da publicação: O preprint não foi submetido para publicação

ESTUDANTES COTISTAS NO CURSO DE MEDICINA DA UFSC/FLORIANÓPOLIS: DOIS PERFIS

Eduardo Vilar Bonaldi, Luan Viricimo

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.9984>

Submetido em: 2024-09-13

Postado em: 2024-09-26 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

ARTIGO

ESTUDANTES COTISTAS NO CURSO DE MEDICINA DA UFSC/FLORIANÓPOLIS: DOIS PERFIS

EDUARDO VILAR BONALDI¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7945-101X>

<eduvilarbon@gmail.com>

LUAN VIRICIMO²

ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-1393-1784>

<l.viricimo@gmail.com>

¹ Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina (SC), Brasil.

² Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina (SC), Brasil.

RESUMO: Combinando o uso de dados socioeconômicos, produzidos pela Universidade Federal de Santa Catarina, e entrevistas em profundidade conduzidas pelos pesquisadores, nosso estudo identificou dois perfis de universitários cotistas na carreira de medicina do campus central da UFSC. Com base nas categorias bourdieusianas dos “sobreviventes da superseleção escolar” e dos “pequenos burgueses”, argumentamos que os “sobreviventes” correspondem aos estudantes originados de famílias caracterizadas por ocupações manuais, com itinerários escolares precários, mas que – através de investimentos educacionais incertos e solitários – compensam gradualmente as desvantagens culturais de seu meio social. Já os cotistas “pequenos burgueses” originam-se de famílias caracterizadas por ocupações “não manuais” (embora de escalão inferior em burocracias públicas e privadas), apresentando trajetórias escolares mais qualificadas, que refletem as estratégias educacionais que caracterizam o ethos dessa fração de classe, segundo Bourdieu. Em diálogo com a literatura, o estudo busca contribuir com a temática, pouco explorada, da diversidade social existente no interior do universo dos estudantes cotistas, abordando a carreira mais seletiva (a medicina) do ensino superior brasileiro.

Palavras-chave: sociologia da educação, ações afirmativas, cursos de medicina, Pierre Bourdieu.

AFFIRMATIVE ACTION STUDENTS IN THE FEDERAL UNIVERSITY OF SANTA CATARINA: TWO PROFILES

ABSTRACT: Relating socioeconomic data, produced by the Federal University of Santa Catarina, to in-depth interviews, our study identified two profiles of affirmative action students at the Federal University of Santa Catarina (UFSC) central campus. From the Bourdieusian categories of “survivors of school superselection” and “petty bourgeoisie”, we argue that such “survivors” correspond to students originated from manual workers families who were submitted to precarious itineraries of formal education. Nevertheless, through uncertain and lonely educational investments, these students have gradually made up for their cultural disadvantages. On the other hand, the “petty bourgeois” students”, whose parents are “non manual” employees of private or public bureaucracies, were submitted to more qualified schooling trajectories, which reflect the educational strategies embodied in the ethos of such class fraction. Building on the specialized literature, the study seeks to contribute to the little explored theme of social diversity within the universe of affirmative action students admitted to the most selective career (medicine) in Brazilian higher education.

Keywords: sociology of education, affirmative actions, medical schools, Pierre Bourdieu.

ESTUDIANTES DE ACCIONES AFIRMATIVAS EN LA CARRERA MEDICA EN LA UNIVERSIDAD FEDERAL DE SANTA CATARINA: DOS PERFILES

RESUMEN: Combinando el uso de datos socioeconómicos, producidos por la Universidad Federal de Santa Catarina, y entrevistas en profundidad realizadas por investigadores, nuestro estudio identificó dos perfiles de estudiantes universitarios cuotistas de medicina en el campus central de la UFSC. A partir de las categorías bourdiesianas de “sobrevivientes de la superselección escolar” y “pequeña burguesía”, argumentamos que los “sobrevivientes” corresponden a estudiantes provenientes de familias caracterizadas por ocupaciones manuales, con itinerarios escolares precarios, pero que –a través de esfuerzos educativos inciertos y solitarios– compensan gradualmente las desventajas culturales de su entorno social. Los cuotistas “pequeño-burgueses” provienen de familias caracterizadas por ocupaciones “no manuales” (aunque de nivel inferior en las burocracias públicas y privadas), presentando trayectorias educativas más calificadas, que reflejan las estrategias educativas que caracterizan el ethos de esta fracción de clase, según Bourdieu. En diálogo con la literatura, el estudio busca contribuir al tema poco explorado de la diversidad social existente en el universo de los estudiantes cuotistas, abordando la carrera más selectiva (medicina) en la educación superior brasileña.

Palabras clave: sociología de la education, acciones afirmativas, carrera medica e Pierre Bourdieu

AS AÇÕES AFIRMATIVAS NA MEDICINA: DOIS PERFIS DE ESTUDANTES COTISTAS

Em “A Profissão Médica”, Eliot Freidson argumenta que, após a instituição do diploma médico como barreira legal para a monopolização das prerrogativas de “diagnosticar” e “curar” durante o século XX, a medicina tornou-se uma das principais instâncias produtoras de discursos sobre a vida e a morte, a saúde e a doença, o sofrimento e a felicidade em nossas sociedades (1970: 5-6).

Entendendo a medicina não exatamente como uma “ciência”, mas sim como uma “arte e moral tecnicamente fundamentadas”, Pierre Bourdieu buscou, por sua vez, evidenciar as homologias entre, por um lado, o alto valor social do diploma médico e, por outro, as propriedades socioculturais elevadas de seus “mestres” e “aprendizes” no campo acadêmico francês (2011).

No caso brasileiro, o estudo de Edmundo Coelho (1999) reconstituiu as movimentações da classe médica brasileira, desde o surgimento das primeiras ‘escolas médico-cirúrgica’ no Brasil Joanino, para assegurar o monopólio legal sobre sua atividade profissional durante os séculos XIX e XX.

Segundo Coelho, a exemplo dos advogados e engenheiros, os médicos foram uma das “profissões imperiais” responsáveis não somente pela fundação tardia dos primeiros cursos de nível superior no Brasil, durante o século XIX, como também pelo estabelecimento do ideal moderno de “profissão” no país, entendido como conjuntos de atividade especializadas e monopolizadas pelos portadores de um diploma reconhecido pelo Estado.

Ademais, os estudos de Odair Coradini (2005) evidenciaram os princípios de “excelência” social e profissional que presidiram a formação da medicina como uma ocupação de elite no país desde sua “profissionalização” durante o século XX. Conforme veremos abaixo, tais princípios de excelência materializam-se, até os dias de hoje, nos altos indicadores de elitização da carreira médica no país.

Para o ano de 2020, por exemplo, a renda média dos médicos brasileiros foi calculada em 30 mil reais mensais (Scheffer et al., p. 161), tornando-os detentores do diploma superior mais rentável no mercado brasileiro. Conforme o estudo aponta, essa média de renda é ultrapassada tão-somente pelas profissões aninhadas nos mais poderosos estamentos políticos e jurídicos do Estado brasileiro, tais como os titulares de cartório, os membros do Ministério Público e do poder Judiciário, os diplomatas e os advogados do setor público (ibid.).

Com esses níveis de renda média, não surpreende, portanto, o fato de que a medicina é a carreira mais seletiva do ensino superior brasileiro, apresentando a maior relação “candidato-vaga” nas universidades públicas brasileiras. No ano de 2022, sessenta e seis candidatos disputavam, em média, cada uma das 9.725 vagas existentes nos 121 cursos de medicina das universidades públicas brasileiras (Lucca, 2023). No mesmo ano, as mensalidades nos 268 cursos privados de medicina variavam entre cinco e 12 mil reais (Scheffer et al., 2023, p. 102), sendo crescentes ao longo de um curso, organizado em período integral, com duração de seis anos.

Frente a esse alto grau de elitização, nosso texto indaga-se sobre as recentes transformações nas condições de concorrência para acesso aos cursos de medicina nas instituições de ensino superior (IES) federais no país, provocadas pela chamada “Lei de Cotas”, a lei 12.711, implementada em 2012.

Essa lei passou a reservar metade das vagas, em todos os cursos das IES federais, para perfis “não tradicionais” de estudantes universitários no país, isto é, alunos egressos de escola pública, não brancos (pretos, pardos e indígenas) e considerados de “baixa renda”, isto é, com renda familiar per capita inferior a um salário mínimo e meio (1,5 SM).

Na cerimônia que instituiu a revisão da Lei de Cotas, em 13 de novembro de 2023, o presidente da República afirmou que a estrutura social brasileira estaria experimentando inéditos níveis de mobilidade após o surgimento da lei, uma vez que, segundo ele: “Pela primeira vez, a filha do pedreiro pôde virar engenheira. Pela primeira vez, o filho da empregada doméstica pôde virar doutor” (Presidência, 2023).

Mas será que, de fato, filhos e filhas de pedreiros ou empregadas domésticas passaram a compor predominantemente o alunado nos cursos de medicina das IES federais? Ou será que, alternativamente, a diversificação socioeconômica do corpo discente, em tais cursos, teria sido mais complexa?

Nosso texto busca lidar com essas indagações a partir da análise de dados (tanto quantitativos, quanto qualitativos) sobre os perfis e as trajetórias de beneficiários da política de ações afirmativas no curso de medicina do *campus* central da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)¹.

A partir dos dados produzidos pela Comissão Permanente de Vestibular (COPERVE) da UFSC, pudemos observar que, entre os 147 candidatos aprovados por ações afirmativas, para o curso de medicina de Florianópolis (nos vestibulares da instituição entre 2018 e 2022)², parece haver uma considerável diversidade de perfis socioeconômicos.

Nesse questionário, aplicado como parte da inscrição para o vestibular da UFSC, a maioria (55%) dos aprovados por cotas para o curso de medicina, declarou renda familiar entre três e dez salários mínimos (SMs).

Não obstante, um terço (33%) dos cotistas declaram renda familiar inferior a três SMs e, na outra extremidade, uma minoria (12%) declara renda familiar superior a 10 S.M. Do ponto de vista da escolaridade materna, os dados também nos sugerem uma razoável diversidade.

Pois se, por outro lado, um terço (33%) das mães dos cotistas possui ensino médio, enquanto 27% delas estudaram até o ensino fundamental, é surpreendente constatar que, por outro lado, mais de um terço das mães desses aprovados (37%) possuem ensino superior. Ou seja, mais de um terço dos cotistas no curso de medicina de uma IES federal **não são** a primeira geração de suas famílias a alcançar o ensino superior.

Como podemos, então, interpretar essa distribuição de renda e de escolaridade familiar que desafia, ainda que parcialmente, nossas categorias e expectativas sobre os beneficiários da “Lei de Cotas”?

Para reagir a essa indagação, conduzimos entrevistas em profundidade com estudantes cotistas no curso de medicina da instituição, durante o ano de 2023. Conforme é possível observar no quadro I, o grupo de entrevistados manifestou ampla diversidade de condições de socialização e escolarização, conforme os dados socioeconômicos já nos haviam apontado.

QUADRO 1: Resumo das propriedades sociais e educacionais do grupo de entrevistados

Nome fictício	gênero e cor/raça	idade e fase do curso	ocupação e escolaridade dos pais	percursos educacionais	vestibulares prestados	curso universitário frequentado ou concluído antes de Medicina
Jairo (associado ao conceito de “pequeno burguês”)	Masc e “negro/pardo”	24 anos e 7º fase	pai: “policial militar” com ES mãe: “professora e diretora de escola pública” (com magistério, mas sem ES)	EF até a 6ª em escola particular. 7ª e 8ª séries do EF em escola estadual EM em colégio militar	5	NÃO FEZ

¹ Vale lembrar que a UFSC possui outros dois cursos de medicina nos *campi* situados fora da capital catarinense, nas cidades de Araranguá e Curitibanos.

² Mesmo após a instituição do Sistema de Seleção Unificada (SISU) em 2009 – possibilitando a seleção nacional de candidatos, para acesso às IES, através da nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) – a UFSC manteve a realização de vestibular próprio, reservando a ocupação de 70% das vagas por meio de seu exame vestibular e 30% por meio do SISU. Os dados produzidos pela Universidade referem-se, portanto, a esse universo de ingressantes através do vestibular da instituição.

				três anos de cursinho privado		
Marina (associado ao conceito de “pequeno burguês”)	Feminino	10º fase, idade não mencionada	Pai: “minerador” com EM mãe: “professora de história”, com ES e especialização	EF: parte em escola pública e parte em particular EM no IF com técnico em edificações Um ano de cursinho privado	3	NÃO FEZ
Tales (associado ao conceito de “pequeno burguês”)	Masc. e Pardo	25 anos, 10º fase	pai: “fiscal de ordem” em empresa privada com EM completo. mãe: “pedagoga concursada” com ES	EF e EM em escolas públicas e estaduais Três anos de cursinho privado	3	NÃO FEZ
Marcia (associado ao conceito de “sobreviventes”)	Feminino, Não especifica identidade de cor/raça	31 anos, 4º fase	pai: “garimpeiro” com EF incompleto mãe: “empregada doméstica” com EM completo	EF e EM em escolas públicas e estaduais Quatro anos de cursinho privado	14	Terapia Ocupacional (UFPR) Frequentou até o último semestre, mas não se formou
Pedro (associado ao conceito de “pequeno burguês”)	Masc. e branco	27 anos, 4º fase	pai: “funcionário público” com ES (contabilidade). mãe: engenheira com ES, “sempre trabalhou com gestão de pessoas”	EF em escola privada. EM no IF com técnico em eletrônica Dois anos de cursinho privado.	2	Engenharia elétrica (UFSC) Frequentou o primeiro ano do curso Formado em Filosofia (faculdade particular do interior de SC)
Juliano (associado ao conceito dos “sobreviventes”)	Masculino, “negro”	30 anos, 4º fase	mãe: empregada doméstica e, depois, cabelereira, com EM completo. Não menciona o pai na entrevista.	escolas de EF e EM públicas e estaduais não fez cursinho	9	engenharia mecânica (UFSC) frequentou o curso durante sete semestres
Fernando	Masc. e	22 anos,	pai: “operador de máquina” com EM	EF escola pública	2	NÃO FEZ

(associado ao conceito de “pequeno burguês”)	“branco”	6º fase	completo	Não menciona a mãe na entrevista.	municipal EM na ETEC Faz aulas extras durante o EM e um ano de cursinho voluntário (UNESP)		
Lauro (associado ao conceito de “pequeno burguês”).	Masc. e “negro”	27 anos, 5º fase	pai: “metalúrgico” com EM completo mãe: “gerente de padaria” com EM completo	EF em escola municipal EM em ETEC com técnico em informática três anos de cursinho privado	9	9	biotecnologia (UFSCar) (frequentou sete semestres, mas não concluiu).

De um lado, tivemos entrevistados como Marcia, filha de mãe empregada doméstica, criada em uma residência coabitada por outros dez parentes maternos em Manaus, AM. Marcia estudou em escolas estaduais precárias, tendo realizado, dez anos após a conclusão do ensino médio, quatro anos de cursinho pré-vestibular privado (a partir de bolsas obtidas por seu desempenho no ENEM) e prestado o impressionante número de catorze (14) vestibulares antes do ingresso no curso de medicina da UFSC.

Por outro lado, encontramos o caso “extremo” de Pedro que apresentou as condições mais favoráveis em nosso grupo de entrevistados. Sua família habita um município periférico (Palhoça, SC) na região metropolitana de Florianópolis. Seu pai é funcionário público, formado em contabilidade pela UFSC e a mãe, engenheira pela UFSC, “sempre trabalhou com gestão de pessoas”, conforme o entrevistado relata. Ele foi o único entrevistado que possuía os dois pais com ensino superior, tendo estudado em escola particular durante o ensino fundamental e tendo frequentado um instituto federal durante o ensino médio.

Como a “Lei de Cotas” exige que seus beneficiários sejam egressos do ensino público apenas no nível médio (e não necessariamente no ensino fundamental) e como ela não distingue as escolas de ensino médio estaduais das federais, Pedro pôde concorrer a uma vaga no curso por meio das ações afirmativas.

No entanto, o próprio entrevistado apresentou um *“mea culpa”* (termo do entrevistado) no momento da entrevista em que ele também afirmou, por outro lado, a dificuldade que teria em aceder ao curso de medicina caso a política de cotas não existisse.

Cara, eu vou fazer um mea culpa né? Por um lado, eu jamais conseguiria ter feito medicina sem ação afirmativa. Porque o meu pai sendo funcionário público e minha mãe trabalhando, ainda assim o salário deles não teria capacidade de pagar uma graduação em medicina particular para mim, não tem. Mas por outro lado, classe média, eu usei de uma ação afirmativa de escola de ensino público que eu só consegui porque tinha feito o ensino fundamental em uma escola particular. Então, não sei, não sei...

A partir dessas condições de socialização e escolarização diversas, encontradas nos dados do questionário e reforçadas durante as entrevistas, buscamos interpretar nosso *corpus* de dados, (quantitativos e qualitativos) através de duas figuras conceituais retiradas da sociologia bourdiesiana da educação.

De um lado, mobilizamos a noção de “sobreviventes da superseleção escolar”, elaborada para explicar as trajetórias educacionais bem sucedidas de jovens de camadas populares (Bourdieu 2011b), para reconstruir os perfis e trajetórias dos entrevistados com as propriedades socioeducacionais mais baixas em nosso material de entrevistas.

Por outro lado, a análise bourdiesiana sobre as condições de socialização e escolarização, observada entre os “pequenos burgueses”, foi mobilizada para interpretar os perfis e trajetórias dos entrevistados que apresentam uma ou mais das propriedades sociais e culturais encontradas no caso “extremo” de Pedro.

Desse modo, os entrevistados associados à “pequena burguesia” foram aqueles que: a) possuem um dos pais com ensino superior completo, E/OU b) apresentaram escolarização no ensino fundamental em instituições privadas, E/OU c) escolarização no ensino médio em Institutos Federais, Escolas Técnicas ou Colégios Militares.

Como veremos, esses pais não se caracterizam por ocupações manuais e escolaridade baixa, revelando-se como empregados ou funcionários de baixo ou médio escalão em burocracias públicas ou privadas que, em alguns casos, possuem ensino superior.

Resumindo, portanto, nosso texto busca evidenciar (a partir de dados quantitativos e qualitativos), a diversidade de perfis e trajetórias entre os estudantes cotistas no curso de medicina da UFSC, mobilizando as duas categorias bourdiesianas, evocadas acima, para interpretar essa diversidade.

A partir dessa perspectiva, dialogamos com a literatura sobre ações afirmativas, elaborando um problema de pesquisa que, a nosso ver, tem sido pouco considerado por essa literatura, ou seja, a diversidade socioeducacional existente no interior do próprio universo dos estudantes cotistas.

Na próxima seção do texto, apresentamos esse diálogo com a literatura. Em seguida, discutimos nossos procedimentos de pesquisa, partindo, então, para as duas seções em que interpretamos nosso material das entrevistas a partir das categorias dos “pequenos burgueses” e dos “sobreviventes”.

Na quinta seção, discutimos como a questão racial é experienciada pelos cotistas, em ambos os perfis identificados acima, evidenciando como a carreira médica é um característica reduto da branquitude no país. Por fim, sintetizamos nossas principais ideias e argumentos na conclusão.

OS COTISTAS SÃO IGUAIS ENTRE SI? A DIVERSIDADE NO INTERIOR DA CATEGORIA

A primeira década dos anos 2000 foi caracterizada pela multiplicação de programas de ações afirmativas em diferentes IES estaduais ou federais, estimuladas pelo pioneirismo das universidades estaduais do Rio de Janeiro – e, no plano federal, da Universidade de Brasília (UnB) – na implementação das primeiras “políticas de cotas” no ensino superior brasileiro (Feres Jr. et al., 2018, p. 74).

Nesse contexto, a emergente literatura sobre ações afirmativas concentrou-se no mapeamento da intensa discussão pública sobre essa política, localizando os atores em controvérsia e suas estratégias discursivas em, ao menos, dois eixos de disputas.

No primeiro eixo, essas pesquisas reconstruíam as lutas entre defensores e opositores da própria existência dessa política. No segundo eixo, esses estudos mapearam, no universo específico dos apoiadores da política, aqueles que defendiam a existência de cotas “puramente” socioeconômicas (isto é, definidas por critérios de renda familiar ou de escolaridade básica em instituições públicas) e aqueles que sustentavam a igual necessidade de critérios raciais (por mecanismos de autodeclaração ou de heteroclassificação) para as políticas de ações afirmativas no país (id.: 105-132; Basso-Poletto et al 2020, p. 19).

Após a declaração de constitucionalidade das ações afirmativas, por decisão unânime do Supremo Tribunal Federal em 2011, e da implementação de uma política ampla e unificada de ações afirmativas nas IES federais por meio da Lei 12 711 em 2012, essa literatura passou a se investir crescentemente nos estudos comparativos sobre o desempenho acadêmico de “cotistas” e “não cotistas” em diferentes instituições e cursos (Basso-Poletto et al, 2020:17-18).

Em um dos poucos estudos de escala nacional, encontrados nessa literatura, Jacques Wainer e Tatiane Melguizo concluíram, com base nos dados do Exame Nacional de Desempenho do Ensino Superior (Enade), não haver “diferença prática” entre o conhecimento de alunos “cotistas” e “não cotistas” ao final do curso universitário, mesmo nas turmas que registram média alta de desempenho nesse exame (2018, p. 13).

Por um lado, é possível afirmar que esses estudos avaliativos desempenharam funções importantes na produção e na circulação de dados e análises que contribuíram para consolidar e rotinizar as ações afirmativas durante a última década.

Por outro lado, faz-se necessário reconhecer que esse tipo de enfoque (comparar “cotistas” a “não cotistas”) pode produzir o efeito – por vezes, irrefletido na literatura, a nosso ver – de supor a categoria “cotista” enquanto um universo internamente “homogêneo” ou “monolítico” em termos de perfis socioeconômicos, trajetórias educacionais ou experiências universitárias.

É nesse sentido que buscamos contribuir com a literatura sobre ações afirmativas, elaborando a heterogeneidade e a diversidade de perfis e trajetórias observáveis entre estudantes cotistas de um curso elitizado em uma IES federal, contestando a percepção, implícita a essa literatura, dos estudantes cotistas como uma categoria internamente homogênea ou indiferenciada. Para tanto, na próxima seção do texto, descrevemos os procedimentos de pesquisa mobilizados para construir analiticamente essa diversidade interna à categoria.

OS PROCEDIMENTOS DE PESQUISA: UMA ESTRATÉGIA “MULTIMÉTODOS”

Nossa pesquisa combinou o uso de dados socioeconômicos, produzidos pela Universidade, com entrevistas em profundidade, conduzidas pelos próprios pesquisadores. Essa combinação de procedimentos apresenta-se, portanto, como uma estratégia “multimétodos” que relaciona dados de natureza quantitativa e qualitativa, buscando atentar para os limites e potencialidades de cada um desses conjuntos de dados (Small, 2011).

Os dados da Universidade nos permitiram acessar a renda e a escolaridade materna de todos os aprovados por ações afirmativas, nos vestibulares da instituição, entre os anos de 2018 e 2022, evidenciando a diversidade socioeconômica existente entre o alunado cotista.

Se, por um lado, a natureza quantitativa desses dados aumenta o número de “casos” que eles representam, por outro lado, essa própria natureza quantitativa encapsula, em linguagem numérica, os complexos itinerários de socialização e escolarização que caracterizam a produção social desses agentes (Bertaux e Thompson, 2007). Daí, portanto, a necessidade de conduzir entrevistas em profundidade.

Sobre a composição de uma “amostra” de entrevistas em profundidade, Mario Small (2009) nos adverte contra a tendência de emular irrefletidamente os critérios da pesquisa quantitativa em estudos de tipo qualitativo³. Segundo ele, ao contrário do que ocorre nos estudos quantitativos, o “número” de casos investigados não se inscreve como uma condição para a validação de pesquisas qualitativas.

Mas, quais seriam, então, as condições específicas e adequadas para apreciação e para a crítica de estudos qualitativos?

Clifford Geertz (1973) argumenta que esses estudos devem ser avaliados a partir de sua capacidade em oferecer uma “descrição densa” dos agentes e de suas interações nos contextos culturais em que estão imersos, a partir de camadas de sentido e inferência descritas e articuladas pelo

³ Segundo o autor, esse risco tende a ser aumentado pelas relações de força entre a pesquisa quantitativa e qualitativa seja nos processos de avaliação e publicação na área, seja na frequente priorização, por parte das agências de financiamento, de estudos com objetivos de “avaliação” de política públicas.

pesquisador. O próprio Small argumenta que, em estudos com entrevistas em profundidade, cada entrevista pode ser pensada como um “caso de pesquisa” que oferta “(...) uma compreensão progressivamente qualificada sobre a questão tematizada” (Small, 2009:24-5).

Contra o risco da “ilusão biográfica”, Pierre Bourdieu argumenta, por sua vez, que o pesquisador deve exercer sua reflexividade sociológica, evitando uma “visão ingenuamente personalista da singularidade das pessoas sociais” (2003, p.705). Para tanto, a interpretação do material de entrevistas deve elaborar os nexos entre, de um lado, os relatos e pontos de vista do entrevistado e, por outro, a posição e a trajetória objetiva do agente no espaço social e no sistema escolar (ibid.).

É isso que tentamos fazer nas próximas seções do texto. Relacionando os relatos e pontos de vista subjetivos dos entrevistados a suas posições e trajetórias objetivas, no espaço social e no sistema de ensino, observamos progressivamente a diversidade de perfis e trajetórias, entre universitários cotistas no curso de medicina do *campus* central da instituição, concebidas a partir de categorias extraídas da sociologia da educação bourdieusiana.

Dito isso, passamos a descrever as condições de acesso aos entrevistados. Após a análise dos dados socioeconômicos, mencionados acima, apresentamos nosso projeto de pesquisa à coordenação do curso de medicina, durante no início do ano de 2023. Após o diálogo com a coordenação do curso, pudemos acessar a lista de emails de todos os ingressantes, por ações afirmativas, com matrícula ativa no curso, durante aquele ano: um universo de 335 alunos cotistas entre o alunado total de 617 discentes.

A partir dessa lista, encaminhamos uma mensagem de email que, primeiramente, explicava a natureza da pesquisa e, em seguida, apresentava o “convite” para a entrevista, informando a duração da mesma em até duas horas e a escolha de data, hora e local pelo próprio entrevistado .

O maior desafio para a realização das entrevistas não foi o interesse dos estudantes, mas sim o intenso ritmo de atividades e avaliações imposto aos “aprendizes” das artes médicas. Algumas entrevistas tiveram mais de um adiamento, por conta de tais compromissos (segundo, ao menos, as justificativas apresentadas), tendo ocorrido, geralmente, no próprio *campus*

A partir desses procedimentos, realizamos oito entrevistas com estudantes cotistas, totalizando mais de catorze horas de material gravado e 149 páginas de transcrição integral dessas entrevistas. As principais características socioeconômicas e educacionais dos entrevistados forma resumidas, conforme já mencionados no quadro I (p.4 a 6).

Nas próximas seções do texto, analisamos esse material de entrevistas. Primeiramente, vamos abordar o caso dos entrevistados associados à noção bourdieusiana sobre a “pequena burguesia”. Em seguida, abordamos os casos relacionados à noção dos “sobreviventes da superseleção” e, por fim, discutimos os relatos dos entrevistados sobre a dimensão racial de suas experiências universitárias.

OS COTISTAS “PEQUENO BURGUESES”

No quadro I (p.4-6), é possível notar que a maioria dos pais dos entrevistados tem ocupações “não manuais”, desempenhando funções que envolvem a execução de tarefas programadas ou supervisionadas por escalões superiores em burocracias públicas ou privadas, geralmente no setor de serviços .

A teoria neoweberiana da estratificação costuma denominar essas posições ocupacionais como “não manuais de rotina” (Carvalhoes, 2015). Pierre Bourdieu prefere, no entanto, designar esse conjunto de posições a partir do termo originalmente marxista (“pequena burguesia”), especificando-o, posteriormente, como “pequena burguesia de execução” (2007:329-333).

Esse qualificativo (“de execução”) opõe essa fração da pequena burguesia (os empregados de burocracias públicas ou privadas) à fração mais tradicional dessa camada social, composta por pequenos empresários, comerciantes ou produtores rurais, ameaçados pela concorrência do grande capital e, por isso, denominados como pequena burguesia “tradicional” ou “em declínio” por Bourdieu (id.:325-329).

O sociólogo francês argumenta que o “rigorismo ascético” dessa “pequena burguesia de execução” é o princípio gerador de seus esquemas de ação e de percepção, organizando suas atitudes

econômicas voltadas à poupança, suas escolhas e gostos culturais marcados pela frugalidade, bem como suas estratégias educacionais racionalizadas e metódicas.

Segundo o autor, o aspecto definidor do *ethos* incorporado por essa fração de classe seria composto, justamente, por essas disposições escolares ascéticas. No trecho abaixo, esse ascetismo escolar aparece associado, inclusive, às relações de subordinação que essa fração de classe experimenta no mundo do trabalho.

Além de serem tributários da educação em relação a tudo o que têm e esperarem dela tudo aquilo que aspiram obter, eles encontram-se, muitas vezes, em uma relação que é a da execução à concepção com os quadros superiores, redatores das instruções que eles aplicam, autores dos planos que eles põem em ação e dos compêndios que eles utilizam; por isso mesmo, tendem a identificar as hierarquias com diferenças de competência ou, mais simplesmente, de diplomas escolares (2007, p. 330).

Sendo assim, de acordo com o autor, encontramos nos grupos familiares dessa camada social:

(...) sob a forma mais acabada, as disposições ascéticas e a devoção à cultura, associadas à ambição de prolongar, por acúmulo cultural, uma ascensão que se tornou possível por um pequeno acúmulo inicial de capital cultural.” (ibid.).

Esse “pequeno acúmulo inicial de capital cultural” é empreendido pela geração anterior do grupo familiar (isto é, pela geração dos pais) que “se mostram muito mais rigorosos que as outras classes (...) em tudo o que diz respeito à educação dos filhos, seu trabalho, suas saídas e leituras, sua sexualidade etc.” (ibid.). Desse modo, os pais “pequeno-burgueses” transmitem o “rigorismo ascético” como o princípio gerador dos esquemas de ação e de percepção interiorizados por seus filhos (ibid.).

Ademais, Bourdieu também argumenta que a existência do pequeno burguês é implicitamente organizada como a antecipação de um futuro vivido geralmente “por procuração”, ou seja, um conjunto de ambições (educacionais e sociais) projetado nos filhos, uma vez que “o prazo de acesso ao bem cobiçado [as posições sociais desejadas pelos pais] excede o prazo de uma vida humana”.

Nesse sentido, seus filhos e filhas aparecem como o “substituto modelado à sua imagem [isto é, à imagem dos pais]” (2007, p. 331), destinados a alcançar e a viver aquilo que os pais da pequena burguesia não puderam viver, mas que se esforçaram para propiciar à sua prole.

Por essas razões, a noção bourdieusiana dos “pequenos burgueses” torna inteligíveis os perfis e trajetórias de nossos entrevistados cujos pais possuem ensino médio ou superior, sendo empregados em burocracias públicas ou privadas, nas quais desempenham funções “não manuais” e “de execução”.

Com efeito, essa mobilização conceitual provou-se adequada à interpretação desses casos específicos de entrevista, uma vez que ela é capaz de ressaltar as estratégias educacionais dessa camada social que, em nosso contexto nacional, têm capitalizado as ações afirmativas como um meio de acesso a carreiras seletivas no sistema de ensino superior.

Sem as cotas, já dissemos que o acesso desses jovens a um curso de medicina em instituições públicas seria incerto e demorado – à medida que eles teriam que superar 66 candidatos por vaga, conforme vimos (Lucca, 2023) – enquanto o acesso a um curso privado seria absolutamente impossível, uma vez que as mensalidades, em tais cursos, alcançam valores de 12 mil reais mensais (Scheffer et al., 2023, p. 102).

Por outro lado, esses jovens manifestam propriedades (sociais e educacionais) que violam, com frequência, as expectativas circulantes sobre os “universitários cotistas”, apresentando um dos pais com ensino superior, escolaridade em instituições privadas (durante o ensino fundamental) ou em estabelecimentos públicos diferenciados durante o ensino médio (como os Institutos Federais), assim como a frequência a cursinhos pré-vestibulares privados.

Para elaborar os nexos entre essa noção bourdieusiana e parte de nossos entrevistados, vamos começar pelo caso de Jairo.

A relação desse entrevistado (24 anos, 7º fase do curso de medicina/UFSC) com seu pai (policia militar, ensino superior completo) elucidada, de maneira significativa, a transmissão intergeracional do “rigorismo ascético” no seio da pequena burguesia.

Jairo relatou ser homossexual na entrevista, comentando a relação atribulada com o machismo do pai militar. Ainda assim, apesar de tais conflitos, ele relata que seu pai (com escolaridade maior do que a mãe, ver quadro I) comandou diligentemente todas as etapas da educação e da escolha dos estabelecimentos educacionais do entrevistado e de seu irmão mais velho: hoje, um economista formado pela PUC-Goiás, ex-bolsista do PROUNI.

Até o sexto ano do ensino fundamental, o entrevistado e o irmão estudaram em uma escola particular, de mensalidade acessível, na pequena cidade goiana de origem da família. A partir desse momento de seu *cursus* escolar, Jairo relata que o pai inscreveu ele e o irmão, durante dois anos seguidos, no sorteio para o ingresso ao Colégio Militar de Goiânia. Não tendo conseguido as vagas por meio do sorteio, o pai recorreu aos contatos e relações que ele possuía, como policia militar, para assegurar as vagas para os filhos, de acordo com o entrevistado.

Os dois irmãos passaram, então, a integrar uma estratégia educacional corrente no ramo paterno da família. Assim, eles se mudaram para a “república da família” (termo do entrevistado) em Goiânia, isto é, uma casa alugada na capital do estado, pelo pai e por dois tios, para a qual diferentes primos se mudavam, durante ou após o ensino médio, em busca de oportunidades educacionais inexistentes na pequena cidade de origem da família.

Dessa maneira, todos os primos que passaram pela “república” conseguiram acessar o ensino superior por meio do PROUNI ou do FIES, à exceção de Jairo que, após estudar no Colégio Militar e frequentar três anos de cursinho “pré-vestibular”, conseguiu a aprovação no curso de medicina da UFSC por meio das ações afirmativas.

Os dados do questionário socioeconômico da UFSC evidenciam que 82% dos aprovados, por cotas no curso de medicina, declararam ter realizado “algum curso pré-vestibular”. Em nosso grupo de entrevistados, apenas um estudante relatou não ter frequentado essas instituições de preparação, surgidas a partir do acirramento da concorrência pelo ensino superior no país, durante as décadas de sessenta e setenta do século XX (Almeida, 2009, p.151).

Na entrevista, Jairo nos detalhou as condições financeiras que permitiram seu acesso a essa estratégia preparatória tão comum às classes médias e altas brasileiras (Romanelli et al., 2003). Conforme ele relata, o Colégio Militar possuía convênios com os principais cursinhos privados da capital do estado goiano. Desse modo, o entrevistado lembra que, ao invés de pagar a mensalidade integral de R\$ 1500 (segundo o relato), seu pai teria pago seiscentos reais mensais durante o primeiro ano de cursinho e trezentos reais mensais nos outros dois anos antes da aprovação na UFSC.

Além de Jairo, os outros seis entrevistados, que frequentaram cursinhos privados, também relataram que tal estratégia educacional foi possibilitada por descontos nas mensalidades desses cursinhos. Como sabemos, tais estabelecimentos distribuem bolsas parciais aos estudantes que obtêm bom desempenho no ENEM ou em seus simulados, com o intuito de engrossar as filas de aprovados (sobretudo, em cursos seletivos) para seus materiais de propaganda.

Dinheiro foi, aliás, um assunto frequente em nossas entrevistas. No caso de Jairo, esse era um dos pontos delicados na relação com seu pai. O entrevistado ressentia-se, por exemplo, do fato de que o auxílio paterno sempre foi parcimonioso, cobrindo apenas os gastos essenciais para alimentação, moradia e estudo. Nada de “mesada para cinema”, conforme ele lamenta.

Viajar de avião foi uma experiência que ele teve apenas para se deslocar à Florianópolis, por conta do vestibular, assim como outros entrevistados que também mencionam o exame seletivo da UFSC como o motivo de suas primeiras experiências de viagem para fora de seus estados de origem.

Dessa forma, a exemplo dos outros entrevistados, Jairo relata padrões de sociabilidade e estilos de vida que denotam, a todo instante, o modesto capital econômico de seu grupo familiar. Relembrando suas atividades de sociabilidade ou lazer, durante o ensino médio, por exemplo, o

entrevistado narra o costume de ajudar as amigas a limpar suas casas no final de semana, compartilhando uma pizza à noite.

Todos esses relatos convergem, portanto, ao “rigorismo ascético”, atribuído por Bourdieu à “pequena burguesia”, que busca racionalizar seus modestos recursos econômicos e culturais, elevando as chances de ascensão por meio, sobretudo, de estratégias educacionais marcadas pelo ascetismo escolar.

Sob o efeito de tais estratégias, o entrevistado também expressou sua “nostalgia” em relação ao Colégio Militar que, segundo ele, conservava apenas a “parte disciplinar” da cultura militar, constituindo-se, ademais, como um espaço escolar de ótima estrutura, com professores “excelentes” (termo do entrevistado) e no qual, segundo seu relato, “(...) eu tive a oportunidade de fazer aula de violão, teatro, dança, pintura, desenho, design de moda”.

A “Lei de Cotas” (lei 12.711) exige que seus beneficiários tenham frequentado estabelecimentos públicos somente durante o nível médio, não fazendo quaisquer distinções entre escolas públicas “estaduais” ou “federais”, como os Institutos Federais ou Colégios Militares.

Desse modo, percursos escolares assemelhados à trajetória de Jairo (escola privada no ensino fundamental, estabelecimentos públicos diferenciados durante o ensino médio e passagem por cursinhos privados, possibilitadas por bolsas parciais ou totais) foram comuns entre os entrevistados associados ao perfil pequeno burguês, conforme é possível constatar no quadro I (p. 4-6).

Entre esses entrevistados, cinco frequentaram estabelecimentos públicos de ensino médio desse tipo. Além de Jairo e seu Colégio Militar, Pedro e Marina são egressos de Institutos Federais de Santa Catarina (os IFSCs), enquanto os paulistas Fernando e Lauro são egressos de Escolas Técnicas de São Paulo (as ETECs).

Tanto os Institutos Federais, quanto as ETECs paulistas são conhecidas, na literatura, por serem estabelecimentos de ensino médio que apresentam condições e resultados diferentes das escolas públicas “comuns”, geridas pelos entes estaduais. De acordo com Perosa, Kerches e Lebaron, entre as cinquenta escolas públicas de São Paulo com melhor desempenho no ENEM na década passada, 43 eram ETECs (2015, p.112).

Nascimento et al. (2020) evidenciaram, por sua vez, que a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica (composta, em grande parte, pelos Institutos Federais) apresentava desempenho semelhante às escolas particulares no ENEM. Se, por um lado, parte desses resultados devem ser associados ao “efeito seleção” existente nos Institutos Federais (IFs) – uma vez que o ingresso nessas instituições dá-se, em alguns casos, por meio de “vestibulinhos” – por outro lado, os autores também demonstram que o alunado dos IFs apresenta menor índice socioeconômico e maior diversidade étnico-racial quando comparados ao corpo discente das escolas particulares brasileiras. Ou seja, esses estabelecimentos também são capazes de exercer, em alguma medida, o chamado “efeito escola”, isto é, a capacidade de reduzir as diferenças de aprendizagem entre alunos de origens desiguais (Barbosa, 2005).

Com melhores condições de infraestrutura, de qualificação e de regime de trabalho docente, em comparação com as escolas públicas estaduais (Nascimento et al., 2020; De Paula et al., 2023), os egressos de escolas federais parecem estar fortemente “sobrerrepresentados” no alunado das nossas universidades federais, sobretudo nos cursos mais seletivos.

Nesse sentido, De Paula e demais autores argumentam que, em 2019, os estudantes da rede federal compunham apenas 3% das matrículas totais nesse nível de ensino em todo país. Não obstante, eles eram responsáveis por 22,5% das matrículas em cursos de alta seletividade da Universidade Federal de Minas Gerais (2023, p. 20).

Entre os cotistas de medicina da UFSC (campus Florianópolis), também encontramos fortes indicadores de “sobre representação”. Pois, enquanto a rede federal abrangia menos de 5% das matrículas no nível médio catarinense em 2022, descobrimos que os egressos dessas instituições

perfazem um terço (32%) dos estudantes aprovados por cotas regularmente matriculados no curso de medicina da instituição nesse mesmo ano⁴.

Por limitação de espaço, pudemos descrever aqui apenas o caso de Jairo. No entanto, conforme apontamos acima, é possível observar as recorrências entre as propriedades sociais (de seus grupos familiares) e educacionais (de seus itinerários escolares) apresentadas por nossos seis casos de pesquisa identificados à figura “pequeno burguesa” no anexo I (p. 4-6).

Nesse contexto, os perfis e trajetórias desses entrevistados convergem à medida que eles se deixam caracterizar pelas seguintes condições de socialização e escolarização que, para concluir, vamos resumir abaixo.

A) pais com ensino médio ou superior, em funções “não manuais” e “de execução”, investidos nas estratégias educacionais dos filhos;

b) realização do ensino fundamental em escolas particulares e do ensino médio em Institutos Federais, ETECs ou Colégios Militares;

c-) frequência a cursinhos privados pré-vestibulares, possibilitada por bolsas parciais ou totais e

d) a “moratória do trabalho” durante a adolescência (Bonaldi, 2018), ou seja, a suspensão da necessidade de trabalhar, durante e após o ensino médio, propiciando o investimento em tempo integral nos estudos.

Entre esses seis entrevistados, os períodos de estudo para ingresso no curso de medicina (após a conclusão do ensino médio) variaram de um a quatro anos. Todos eles relataram jornadas diárias e integrais de estudo durante esse período, revelando, portanto, os efeitos da estratégia educacional “pequeno burguesa” de “moratória do trabalho” (ibid.), concedida pelo grupo familiar ao jovem durante e (alguns anos) após o ensino médio.

Como é possível notar, essa estratégia emula a ‘adolescência alongada’ (isto é, o adiamento da entrada no mundo do trabalho como prorrogação do *cursus* no sistema educacional), historicamente vigente nas classes médias e altas (Bourdieu, 1983), posicionando a pequena burguesia, dessa forma, em condições necessárias para concorrer pelo acesso às carreiras e instituições mais seletivas do ensino superior com alunos de camadas sociais mais altas. Se por, um lado, essas camadas mais altas possuem maiores volumes de capital econômico e cultural, por outro lado, essa “pequena burguesia”, alocada em estabelecimentos públicos “diferenciados” de ensino médio, pode recorrer às ações afirmativas, evitando a concorrência com esses estratos mais altos.

Ao recordar o dia em que recebeu a notícia da aprovação, após quatro anos de estudo, pontuados por crises de incerteza e depressão – durante as quais a mãe tentava convencê-lo a escolher uma carreira “mais fácil” – Jairo relata o júbilo da família e, inclusive, do austero pai militar com quem o entrevistado vive uma relação atribulada:

Nossa, quando eu passei, eu chorei, minha mãe passou mal, foi para o hospital. Meu pai me colocou em um trio elétrico para descer a avenida principal da cidade! Foi uma loucura assim, mas foi muito bom, mas foi bem difícil também, bem sofrido. E estamos aqui né? (...) Hoje eu olho assim e rio, foi uma jornada, na época foi sofrido, hoje eu olho para trás e penso: “nossa, que jornada!”.

De fato, o itinerário pequeno burguês à carreira mais seletiva de nosso ensino superior é uma jornada e tanto. Individual e familiar. Porém, como veremos abaixo, ela ainda é incomparavelmente menos longa e incerta – e, igualmente, mais sofrida e solitária – do que os itinerários de Juliano (30 anos, 4º fase do curso, nove vestibulares) e de Marcia (31 anos, 4º fase, 14 vestibulares): os entrevistados que associaremos à figura dos “sobreviventes da superseleção escolar”.

⁴ Esse dado foi produzido por nós a partir da categorização das informações sobre as escolas de ensino médio dos estudantes de cada curso da UFSC, recolhidas em seus processos de matrícula e disponíveis no Sistema de Controle Acadêmico da Graduação (CAGR) da instituição.

Marcia e Juliano são os dois entrevistados com menor nível socioeconômico e maior idade na amostra. Conforme veremos, eles viveram percursos de cerca de dez anos de tentativas intercaladas de ingressar no curso de medicina, em meio à necessidade de gerar renda, justamente por não contarem com a “moratória do trabalho” vigente tanto nos estratos mais altos, quanto em camadas pequeno-burguesas.

Abaixo, passamos a abordar as condições de socialização e escolarização, bem como os agenciamentos e estratégias, incorporados por esses “sobreviventes da superseleção” ao longo de suas “epopeias” educacionais até o ingresso no curso de medicina da UFSC/Florianópolis.

OS COTISTAS “SOBREVIVENTES DA SUPERSELEÇÃO”

Para Bourdieu, os “sobreviventes da superseleção escolar” seriam os estudantes originados das camadas populares que, progredindo no sistema de ensino à custa de esforços pesados, tornam-se gradualmente capazes de manifestar um rendimento escolar comparável ao aproveitamento de seus pares nas camadas médias e altas. Dessa maneira, essas crianças e jovens evitam as categorias professorais depreciativas que incidem, com mais frequência, sobre os membros das camadas dominadas (Bourdieu e Saint-Martin, 2011).

Evitando tais categorias depreciativas, é possível dizer que esses alunos tendem a conformar trajetórias estatisticamente excepcionais, esquivando-se das altas taxas de “mortalidade escolar” que acometem seus primos, irmãos, amigos ou vizinhos, cujas trajetórias escolares tendem a ser acidentadas e curtas.

Seguindo essa analogia demográfica, Bourdieu denomina esses jovens pobres, que obtêm sucesso escolar excepcional, como “sobreviventes” das etapas sucessivas da “superseleção escolar”. Pois, atravessando seguidamente os mecanismos de “superseleção” impostos pelo sistema de ensino, esses “sobreviventes” constituem-se como os produtos estatisticamente excepcionais de uma série contínua de seleções – diretamente escolares e, indiretamente, sociais – através das quais as desvantagens culturais de seu meio tendem a ser progressivamente compensadas (Bourdieu, 2011b, p. 52).

Esses “sobreviventes” originam-se das camadas nas quais predominam as funções ocupacionais “manuais” e “de baixa qualificação” a partir das quais seus grupos familiares tendem a acumular baixos volumes de capital econômico e cultural. Esses baixos volumes são interiorizados por meio de estilos de vida condicionados, em todas suas manifestações, pelo signo das necessidades materiais e imediatas, conforme o autor argumentou em “A Distinção” (2007).

Nessa obra, o sociólogo francês evidencia como a ética e a estética popular – isto é, a “arte de viver” própria às camadas pobres – privilegia, ao contrário do “rigorismo ascético” típico da pequena burguesia, a preocupação com o presente em detrimento ao planejamento do futuro, o consumo à poupança, as funções materiais e primárias da alimentação ou do vestuário em oposição a suas funções estéticas (vigentes entre as camadas dominantes), entre outros fatores (2007:162-211).

No campo educacional, a retradução da posição social das famílias de trabalhadores manuais seria caracterizada, segundo o autor, pela fragilidade das condições (materiais e culturais) que poderiam incitar os investimentos de longo prazo solicitados pelo sistema de ensino. Dessa maneira, as disposições incorporadas nesses grupos familiares conduzem seus membros a preferir os ganhos (menores, porém imediatos) da entrada no mercado de trabalho.

Nesse sentido, a estratégia educacional “pequeno-burguesa”, de adiar a entrada de seus jovens no mundo do trabalho, afigura-se como estranha, fantasiosa ou arriscada às famílias do meio popular. Desse modo, se, as trajetórias “pequeno-burguesas” apoiavam-se na “moratória do trabalho” concedida pelo grupo familiar, o mesmo não ocorre nos percursos de Marcia e Juliano, os “sobreviventes da superseleção” entre nossos entrevistados.

Marcia é filha de pai, garimpeiro, com ensino fundamental incompleto, e mãe, empregada doméstica, com ensino médio completo na cidade de Manaus, AM. A separação de seus pais aconteceu quando ela tinha cinco anos de idade. Desde então, ela não teve mais contato com o pai, passando a viver, até a maioridade, em uma residência coabitada por outros dez parentes da mãe. Durante a

entrevista, ela relata momentos ou aspectos da infância em que ela foi assistida pela mãe e outros momentos e aspectos que tiveram a presença significativa da avó ou de uma tia.

Essa tia foi responsável pela alfabetização de Marcia, realizada a partir de leituras de gibis da *Turma da Mônica*, uma vez que a entrevistada não frequentou o ensino infantil, tendo ingressado diretamente na primeira série do ensino fundamental.

Ao contrário dos entrevistados “pequeno-burgueses”, Marcia frequentou somente escolas públicas “comuns”, municipais no ensino fundamental e estaduais no ensino médio. Ao longo de seu ensino secundário, ela relata, entre outros problemas, não ter recebido aulas de matemática por falta de professores em seu colégio.

Durante seu relato, a entrevistada compartilhou conosco sucessivos desafios de saúde mental, enfrentados ao longo da vida, expressando a carência emocional que sentiu em alguns momentos de seu percurso educacional. Segundo ela, essa carência teria sido gerada pelo fato de que sua mãe não acompanhou, nem incentivou sua escolarização básica, ao contrário do comportamento manifestado pela tia ‘alfabetizadora’ com seus filhos, isto é, com os primos de Marcia .

A entrevistada também se ressentiu do fato de que, em seu meio familiar, ninguém acreditou que ela seria capaz de ser aprovada no curso de medicina, considerando a mãe como a mais cética da família.

Além da ausência de suporte emocional à escolarização, os modos precários de organização da ação pedagógica, a que Marcia foi exposta na escola, cobraram um alto preço ao longo da extensa jornada de catorze exames vestibulares prestados por ela, antes de ingressar no curso de medicina.

Nesse sentido, a entrevistada revela que a matemática – isto é, a disciplina que lhe fora sonogada durante toda a educação secundária – teria sido, em seus termos, “uma defasagem que eu nunca consegui adequar (...) Todas [as] provas que eu fazia, meu problema era matemática!”.

Ao longo do ensino médio, Marcia não trabalhou. Após a conclusão da educação básica, ela tentou seu primeiro vestibular. Tendo sido desencorajada em sua aspiração ao curso de medicina pela família, ela resolveu tentar o acesso ao curso de turismo em uma instituição estadual do Amazonas.

Entretanto, ao não conseguir a aprovação nesse curso, Marcia não encontraria a “moratória do trabalho” estendida para além do ensino médio entre os entrevistados “pequeno-burgueses”. Ao contrário, em seu caso, a mãe buscou agenciar, nesse momento, a entrada da filha no mercado de trabalho, por meio de um arranjo tipicamente ‘clientelista’, isto é, por meio da indicação a uma vaga de secretária, conseguida por uma das “patroas” da mãe (empregada doméstica). Assim, Marcia iniciou sua vida laboral aos dezoito anos de idade.

Aos vinte anos, ela tentaria novamente o vestibular, dessa vez, para o curso de Artes Plásticas. Nessa oportunidade, Marcia é aprovada, mas frequenta as aulas somente durante o primeiro mês do curso, decidindo-se, naquele momento, a se mudar de Manaus para Curitiba, acompanhando uma amiga que conheceu um namorado na cidade.

Na capital paranaense, onde ela residiria entre 2012 a 2021, sua vida ocupacional tem seqüência em uma cafeteria (cargo não especificado durante a entrevista), enquanto sua vida universitária teria continuidade no curso de terapia ocupacional da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Em “Os Herdeiros”, Bourdieu e Passeron (2014) desmistificam o voluntarismo associado ao ato de “escolher” um curso universitário. Tal ato não se constitui, segundo eles, como produto da livre expressão dos gostos ou dos talentos de um jovem estudante, mas sim como a retradução intuitiva de sua posição no espaço social para uma posição corresponde no espaço hierarquizado das carreiras universitárias. Tal observação nos ajuda a entender essa passagem da trajetória de Marcia, na qual ela rebaixou (apenas temporariamente, conforme veremos) suas expectativas universitárias, optando pelo curso de terapia ocupacional, a partir do conselho de uma amiga.

Desse modo, entre 2013 e 2018, Márcia tornou-se estudante desse curso, passando a conhecer e acessar as políticas de auxílio estudantil (bolsas e moradia universitária, segundo seu relato) existentes em nossas universidades federais. Tais auxílios reduziram suas necessidades de trabalho e geração de renda. No momento da entrevista, já estudante de medicina da UFSC, ela continua

acessando tais auxílios, complementados por aulas esporádicas que ela ministra em uma plataforma de aulas online de reforço para estudantes de outros cursos de medicina.

Ainda assim, os cinco anos de UFPR não foram felizes. Ela abandonou o curso com os créditos quase completados, afirmando, durante a entrevista: “(...) não apresentei o TCC e vazei! Não, eu odiava o curso! (...) Eu tinha raiva de ir para universidade! (...) Fiquei quatro anos em tratamento de (...) porque eu odiava ir para lá, a todo momento [que] eu ia, eu tava frustrada!”.

Mas qual teria sido o motivo dessa decisão aparentemente intempestiva, de abandonar um curso universitário perto de sua conclusão? Segundo o relato, essa razão teria sido, com efeito, uma oportunidade que se abriu à entrevistada.

Pois, em 2018, Marcia havia realizado novamente o ENEM, candidatando-se a cursos de medicina em diferentes instituições. Ela não obteve a nota necessária para a aprovação em nenhuma dessas instituições, porém, conforme relata, seu bom desempenho no exame assegurou-lhe uma oportunidade de bolsa em um cursinho pré-vestibular privado na capital paranaense.

Iniciava-se, então, o período em que ela afirma ter estudado “pra valer” na tentativa de ingressar em um curso de medicina. É somente a partir desse ponto que a entrevistada reconta os catorze vestibulares que ela prestou para a carreira médica, em diferentes instituições públicas, entre os anos de 2019 e 2021.

Aqui, é necessário apontar que Marcia só obteve um “bom desempenho” no ENEM, que lhe assegurou uma bolsa no cursinho privado, após os cinco anos de educação universitária no curso de terapia ocupacional da UFPR. Embora esse período tenha sido vivido de forma frustrada por Marcia, a educação acadêmica em um curso da área da saúde, em uma instituição federal, parece ter requalificado as disposições escolares da entrevistada, compensando sua escolarização precária, elevando seu desempenho no ENEM e lhe garantindo uma bolsa em um cursinho privado.

Marcia realizou três anos de cursinho como bolsista, prestou catorze vestibulares, melhorou progressivamente seu rendimento nos exames, ficou a pouca distância da aprovação, experimentou novamente desafios de saúde mental – considerando, então, a possibilidade de desistir definitivamente da medicina – até o momento em que ela é, finalmente, aprovada para o curso de medicina da UFSC em 2021, onze anos após concluir o ensino médio.

Na entrevista, ela relata que mãe e família passaram a apoiá-la (do ponto de vista motivacional, mas não financeiro) no curso de medicina, divertindo-se ao recontar as expectativas maternas de que a filha agora será “rica”, sem conseguir antecipar os percalços que aguardam médicos e médicas, ainda em formação, antes de alcançar uma posição de estabilidade financeira na carreira .

O percurso de Juliano apresentou uma série de homologias e afinidades com a trajetória de Marcia. Em ambos os casos, notamos trajetórias de socialização familiar marcadas pela ausência de apoio emocional às ambições educacionais dos filhos, por parte de mães, com baixo capital escolar, e sobrecarregadas pelas demandas de atendimento às necessidades primárias dessas famílias monoparentais.

No caso de Juliano, por exemplo, o entrevistado nos relatou a “cara de decepção” de sua mãe na ocasião em que ele comunicou a ela o desejo de “fazer medicina”. Naquele momento, segundo ele, a mãe mal sabia da existência de universidades gratuitas no país, julgando, portanto, que essa opção de carreira seria impossível para o filho e para a família.

Além do ceticismo familiar em relação às aspirações educacionais do entrevistado, seu *cursus* escolar também foi caracterizado por modos desorganizados de ação pedagógica em uma escola pública precária. Essa desorganização da ação pedagógica seria, assim como no caso de Marcia, parcialmente compensada pelas propensões autodidatas que Juliano também manifestou durante sua trajetória.

Além de ter aprendido inglês, estudando sozinho na biblioteca da escola, o entrevistado atribui o gosto e a facilidade com as disciplinas de português e de química ao hábito de assistir, durante sua infância, documentários educativos no canal de televisão *Futura*.

Tais propensões autodidatas podem compensar parcialmente itinerários de escolarização precários e desorganizados, conformando, entretanto, um percurso educacional solitário e errante, marcado pela “imprevisibilidade das ignorâncias e dos saberes” (Bourdieu, 2007, p. 308) que resultam

de oportunidades contingenciais, mas vorazmente aproveitadas por esses “sobreviventes da superseleção”.

O caso de Juliano também evidencia as combinações entre períodos de estudo e de geração de renda que observamos Marcia empreender durante sua luta por uma vaga num curso de medicina. Assim, em ambos os casos, as disposições autodidatas ao estudo estiveram associadas à constante pesquisa de oportunidades educacionais acessíveis, a partir das quais esses entrevistados agenciam transições entre períodos de trabalho e de estudo durante suas trajetórias.

Ademais, notamos que, após fracassos na tentativa de serem aprovados em medicina, ambos cederam (mas apenas temporariamente) a pressões de seus círculos sociais, rebaixando suas expectativas universitárias ao escolher uma “segunda opção” de curso, ou seja, uma carreira menos seletiva em comparação ao sonhado curso de medicina.

No caso de Juliano, não tendo sido aprovado nos vestibulares prestados durante os três anos posteriores à conclusão do nível médio, ele permaneceu trabalhando, durante esse período, como “vendedor em loja de shopping” e “assistente administrativo em escritórios”, decidindo-se, finalmente, por tentar uma “segunda opção” de curso.

Se Marcia “escolheu” um curso na área de saúde, Juliano optou por uma carreira tradicional, mas “menos difícil” do que a medicina: a carreira de engenharia, na especialidade de “engenharia mecânica”⁵.

Assim como Marcia, Juliano também não se formou nessa primeira graduação. No entanto, durante os sete semestres em que frequentou o curso na UFSC, ele recebeu bolsas de monitoria na Universidade (no valor de 400 reais, conforme ele descreve), economizando esses recursos para, posteriormente, fazer sua tentativa derradeira de ingressar na medicina.

Nessa última tentativa, durante a qual ele relata ter estudado por períodos de 12 a 15 horas diárias, ao longo de um ano, ele focou estrategicamente seus estudos nos conteúdos de química e biologia, que possuíam maior peso na seleção para a medicina. Ademais, ele também investiu parte dos recursos economizados em um curso de redação. Segundo seu relato, os conteúdos de física e matemática não exigiram maiores estudos de sua parte por conta, justamente, do aprendizado acumulado durante os sete semestres de engenharia mecânica.

Em ambos os casos, portanto, a passagem por um curso universitário menos seletivo requalificou as disposições escolares dos entrevistados, conduzindo Marcia e Juliano a jornadas integrais de estudo para o vestibular que, finalmente, os levaram ao curso de medicina.

A partir dos casos desses entrevistados, podemos afirmar, portanto, que os “sobreviventes da superseleção” caracterizam-se por itinerários de socialização e escolarização marcados por:

- a) grupos familiares chefiados por mães, com baixo capital escolar, e sobrecarregadas pelas urgências materiais de provisão familiar;
- b) ausência de apoio emocional e motivacional a seus percursos e aspirações educacionais,
- c) escolarização precária e desorganizada em estabelecimentos municipais e estaduais;
- d) manifestação de disposições autodidatas,
- e) senso de oportunidade e estratégia para manejar recursos e possibilidades de intercalar trabalho e estudo e
- f) a passagem por cursos universitários menos seletivos que requalificam as disposições escolares desses estudantes.

⁵ Na entrevista, ao sermos surpreendidos pela escolha do curso de engenharia como uma carreira “menos difícil”, Juliano nos explicou objetivamente que: “Quando eu entrei em engenharia, eu tirei 45 na prova [vestibular da UFSC], nessa que eu entrei agora [medicina], foi 70 ou 75”, revelando, portanto, como o acesso ao curso de engenharia é sensivelmente menos concorrido.

Tais características opõem os “sobreviventes da superseleção” aos “pequenos burgueses” como os dois perfis de universitários cotistas construídos com referência tanto à diversidade socioeconômica, revelada pelo questionário socioeconômico da UFSC, quanto pelas entrevistas em profundidade conduzidas durante a pesquisa.

Conforme argumentamos, esses dois perfis expressam percursos bastante distintos. Os casos dos “sobreviventes” nos revelam trajetórias de classe originadas nas camadas populares (pais com ocupação manual e baixo capital escolar), enquanto os “pequenos burgueses” evidenciam trajetórias que contrariaram algumas das expectativas normativas sobre beneficiários das cotas, apresentando pais que não são “trabalhadores manuais” (mas sim empregados em funções “não manuais”, mas inferiores nas burocracias públicas ou privadas), alguns deles com ensino superior, tornando os filhos “cotistas” a segunda geração do grupo familiar (e não a primeira) a acessar o nível superior.

Ademais, conforme vimos, esse perfil de cotistas também se caracterizou por itinerários de escolarização diferentes em relação à classe média alta – marcados pela escolarização em estabelecimentos privados de elite (Almeida, 2009) – mas sensivelmente privilegiados, em oposição às camadas populares, caracterizando-se, pois, pelo ensino fundamental em escolas privadas de mensalidade acessível e o ensino médio em Institutos Federais, ETECs ou Colégios Militares.

Apresentada a construção desses dois perfis, discutimos abaixo as temáticas raciais que atravessam as experiências universitárias tanto dos “sobreviventes”, quanto dos “pequenos burgueses” num característico reduto universitário da branquitude no país, isto é, os cursos de medicina de nossas universidades públicas.

O RACISMO, A BRANQUITUDE E OS COTISTAS DA MEDICINA

A carreira médica persiste como um dos mais característicos redutos da branquitude no país que inventou o mito da “democracia racial”. Sete entre cada dez estudantes de medicina declaram-se brancos, em 2019, enquanto a mesma proporção de médicos “residentes” (isto é, médicos cursando a formação em diferentes especialidades) também se declaram brancos no ano de 2022 (Scheffer et. al, 2023:117-147).

A branquitude pode ser considerada como a crença tácita na superioridade da identidade racial branca (Costa e Schucman, 2002, p. 477), estabelecendo, de forma consciente ou não, estereótipos racializados para julgar e avaliar as atitudes, mentalidades ou competências de pessoas com fenótipos diferentes.

Logo, a partir da alta predominância de brancos na carreira médica, “ser” ou “parecer” negro pode ser um “dado” frequentemente notado por alguns professores, pacientes ou funcionários dos hospitais universitários para julgar quem será ou não considerado (ou plenamente aceito) como um estudante de medicina.

Em nossas entrevistas, pudemos notar que o Hospital Universitário (HU) é o cenário onde essas impressões e percepções racializadas manifestam-se mais espontaneamente, gerando episódios de ansiedade e estratégias de ajustamento entre os aprendizes “não brancos” da medicina. Grande parte das aulas e estágios do curso ocorrem nas dependências do HU, espaço no qual os estudantes de medicina devem interagir, portanto, não apenas com seus professores e colegas, mas também com os pacientes e demais funcionários do hospital.

Nesse universo que supõe ou idealiza alunos de medicina como “pessoas brancas”, vamos recorrer aos termos de Erving Goffman (1988) para observar que “ser” ou “parecer” negro pode se revelar como um “estigma”. Conforme a definição do autor, o “estigma” consiste numa “grave discrepância” entre as “expectativas” implícitas aos agentes numa interação “face a face” (por exemplo: “alunos de medicina são geralmente brancos”) e as propriedades efetivamente manifestadas por algum desses agentes, ou seja, o fenótipo “não branco” dos alunos geralmente beneficiários das ações afirmativas.

Nesse quadro, a temática da raça e do racismo emergiu, com frequência, em dois momentos das entrevistas: 1) quando perguntávamos se o entrevistado já havia se identificado como

“cotista” durante suas relações cotidianas no curso e 2) quando entrevistados negros relatam sentimentos ou ocorrências nos quais eles teriam experimentado a não aceitação (ou o medo de não serem aceitos) como estudantes de medicina ou futuros médicos nas “interações face a face” com professores, pacientes ou demais profissionais do HU.

Sobre a primeira ocorrência, perguntamos a todos os entrevistados (brancos ou não) se eles já haviam sentido a “vontade” ou a “necessidade” de se revelar como “cotista” a seus colegas ou professores. Os entrevistados negros costumavam apontar, entretanto, a inadequação dessa pergunta, uma vez que, dada a alta predominância de alunos brancos no curso, a identidade de “cotista” seria automaticamente revelada pela cor não branca de suas peles.

Desse modo, a cor foi mencionada como o principal critério de distinção imediata entre cotistas e não cotistas no curso de medicina. Um traço de aparência “estampado na cara”, como sugere Jairo: “Assim, é meio que quase estampado na cara quem entrou pelas ações afirmativas, assim, porque a medicina é um curso bem elitizado, então...”.

Nesse contexto, os atos de discriminação implícita ou explícita, relatados durante as entrevistas, envolveram geralmente uma espécie de “microfísica do poder” racial a partir da qual a branquitude se manifesta nesse espaço acadêmico. Usamos aqui esse termo de matriz foucaultiana (“microfísica do poder”) sem pretender uma referência exata aos sentidos específicos que o conceito assume na obra de Michel Foucault, mas sim como uma analogia para designar as situações que nos foram relatadas durante as entrevistas.

Em uma dessas situações, o entrevistado Tales compartilhou conosco o seguinte caso: um amigo “preto e gay” (termos de Tales) pediu silêncio a colegas de turma brancos, que conversavam durante a aula, gerando uma reação irada por parte dos mesmos. O entrevistado argumenta, então, que essa seria a natureza da maioria dos casos que envolvem desentendimentos entre alunos brancos e negros no curso, afirmando que:

(...) são micro agressões que a gente quase nem nota sabe? Que, é uma coisinha ali, um comentáriozinho ali, um termo errado ali, sabe? São coisas que a gente sempre passa ou vê os outros passarem e a gente não deveria, só por estar... Só por sobreviver àquela realidade que não é nossa, teoricamente aliás, mas que...

Como se nota no relato, esse conjunto de “micro agressões” motivam Tales a qualificar a frequência ao curso de medicina, entre os estudantes negros, como o ato de “sobreviver àquela realidade que não é a nossa”. É possível considerar, portanto, que essas “micro agressões” teriam o efeito, potencial e cumulativo, de suscitar sentimentos de estranhamento ou de não pertencimento a esse espaço universitário, entre estudantes negros.

Essa “microfísica” do poder racial envolveu, segundo os relatos, tanto ocorrências de preconceito racial explícito, quanto os casos de discriminação implícita, próprios à tradição brasileira do “racismo velado” ou dissimulado pela falsa cordialidade de nossas relações raciais, historicamente concebidas sob o mito da “democracia racial” (Fernandes, 2008:331-354).

Significativamente, uma das vítimas de preconceito explícito foi Lauro: o entrevistado com o maior grau de integração a atividades extraacadêmicas no curso, relatando, durante a entrevista, sua participação na atlética, na bateria da atlética, no centro acadêmico, em um projeto de extensão em anatomia e, ainda, presidindo a comissão de formatura de sua turma.

Quando Lauro usava o cabelo trançado, ele teve aulas com um professor que dirigia perguntas a estudantes específicos da turma, indagando-lhes, após apresentar cenários hipotéticos para diagnósticos e prognósticos médicos, “e aí doutor, o que você acha? E aí doutor, o que você faria nesse caso?”. Ao dirigir perguntas a Lauro, porém, ao invés de tratá-lo ironicamente com o mesmo “doutor” reservado aos colegas de turma, o docente começou a lhe chamar de “rasta”, perguntando “e você rasta, o que acha?” em referência jocosa ao estilo afro de seu cabelo. Lauro começou então a confrontar o docente, perguntando-lhe “por que o senhor tá me chamando assim?”. Segundo ele, porém, o professor desconversava.

Atos discriminatórios explícitos como esse são imediatamente identificados, recebendo o devido revide por parte de suas vítimas. Conforme demonstram os relatos, as vítimas costumam ser

apoiadas por outros estudantes cotistas (inclusive, os brancos) e, eventualmente, por alguns não cotistas e professores do curso. O enfrentamento a tais casos também conta com uma estrutura institucional: a “Comissão de Ações Afirmativas e Acolhimento”, do centro acadêmico do curso, integrada tanto por Lauro, quanto pelo entrevistado Jairo.

Entretanto, no país em que a “democracia racial” generalizou a maldade engenhosa das formas veladas ou dissimuladas de preconceito, o medo do “racismo velado” pode conduzir suas vítimas não somente ao combate e à denúncia, mas também às estratégias de evitação das situações de preconceito ou de “ajustamento” a padrões de branquitude (Fernandes, 2008, p. 287).

Nesse sentido, Juliano relatou o investimento e a adaptação das roupas que ele passou a usar nas dependências do HU como forma de neutralizar os possíveis efeitos do fato de não possuir “fisicamente a aparência de um médico” por conta da cor de sua pele, segundo os termos expressos no trecho abaixo.

Então, tu precisa investir dinheiro até nas roupas do dia a dia, não dá para ir com qualquer roupa, as pessoas te olham diferente! Aí junta a questão que você não tem fisicamente a aparência de um médico, aí se você não andar bem-vestido, eles até te impedem de entrar na sala de aula, os seguranças. Tem muito essa questão.

Estando mais distantes dos padrões fenotípicos da branquitude, os estudantes pretos têm maior probabilidade de sofrer episódios de preconceito. Por outro lado, seus colegas pardos podem se encontrar no “fogo cruzado” das tensões raciais entre brancos e pretos, sofrendo, de um lado, os efeitos do racismo e, de outro, os efeitos do “colorismo”.

Conforme discutido por Flavia Rios (2019), o “colorismo” abrange discursos que incitam a divisão no interior da população negra, relativizando o preconceito sofrido por “pardos” ou negros de pele mais clara. No ambiente concorrido da carreira mais seletiva do ensino superior brasileiro, em que se expressam mais agudamente as tensões, suspeitas ou receios de “fraude” nos critérios raciais de cotas (Daflon et al, 2022), os pardos podem ser alvos dessa ‘deslegitimação’ racial, de efeitos subjetivos bastante dolorosos.

Foi nesse sentido que Jairo nos relatou episódios de culpa e choro após a ameaça de uma “ex amiga”, estudante preta na medicina, que, após um desentendimento com o entrevistado, teria começado a afirmar que ele não era “preto suficiente para ter entrado pelas cotas” e que iria denunciá-lo por fraude.

É possível notar, portanto, que os cursos de medicina são espaços racialmente tensos em uma sociedade fortemente racializada como a nossa. Nesse sentido, os episódios de preconceito (implícito ou explícito), relatados nas entrevistas, atingiram tanto os estudantes pardos, quanto os pretos, nas interações “face a face” que ocorrem durante o cotidiano do curso. Também não houve diferença entre a intensidade ou a frequência de episódios angustiantes entre os “sobreviventes” e os “pequeno burgueses”. Conforme os estudos sobre as relações raciais demonstram há décadas (Fernandes, 2008; Hasenbalg, 1979), no Brasil, a origem de classe não exime os negros que experimentam condições sociais melhores (caso dos “pequeno burgueses”) da angústia e dos sofrimentos provocados pelo racismo.

Se, por um lado, a recorrência desses episódios de racismo pode suscitar sentimentos de “não pertencimento” à carreira médica, entre os cotistas negros, por outro lado, é igualmente necessário frisar que os casos relatados nas entrevistas foram, todos eles, seguidos do devido revide por parte não somente das vítimas, como também de outros estudantes cotistas (inclusive, os brancos), alguns professores ou colegas não cotistas e, por vezes, pela própria “Comissão de Ações Afirmativas e Acolhimento”, vinculada ao Centro Acadêmico do curso e integrada por dois de nossos entrevistados (Lauro e Jairo).

Logo, esse quadro demonstra que, embora o ambiente interacional do curso seja racialmente tensionado, segundo nossos entrevistados, seus relatos também nos evidenciaram que episódios de preconceito (aberto ou velado) tem sido apontados e enfrentados nesse espaço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados positivos da “Lei de Cotas” são incontestáveis. De um lado, a política federal de ações afirmativas, instituída em 2012, aumentou a participação de egressos de escola pública, de estudantes negros e de baixa renda no alunado das IES federais, sobretudo nas instituições e carreiras mais seletivas, que apresentavam taxas menores de participação desses grupos antes da referida lei (Senkevics e Mello 2022). Por outro lado, essa inclusão não afetou os níveis de desempenho médio do alunado dessas instituições.

Pois, se, ao início do curso universitário, cotistas podem, de fato, apresentar desempenho menor que os não cotistas; ao final do curso, a literatura não tem encontrado diferenças significativas entre os níveis de conhecimento de ambos grupos, mesmo nas turmas que registram alta média de desempenho em avaliações nacionais (Wainer e Melguizo, 2018, p.13).

Não obstante, partimos da avaliação de que a literatura sobre ações afirmativas – por vezes, de natureza apenas quantitativa e, geralmente, focada em comparações entre “cotistas” e “não cotistas” – tende a supor que o universo dos beneficiários das ações afirmativas é socialmente homogêneo ou monolítico.

A partir de uma estratégia de pesquisa “multimétodos” (Small, 2011), acessamos dados da UFSC, evidenciando a diversidade socioeconômica entre os cotistas do curso mais concorrido de nossa Universidade, o curso de medicina. Assim, vimos que um terço (33%) dos cotistas do curso declaram renda familiar inferior a três SMs, enquanto, no polo oposto, uma minoria (12%) declarou renda familiar superior a 10 S.M. Quanto à escolaridade, 27% das mães desses cotistas estudaram até o ensino fundamental, enquanto, surpreendentemente, mais de um terço delas (37%) possuía ensino superior.

A interpretação das entrevistas em profundidade, a partir das categorias bourdieusianas dos “sobreviventes” e dos “pequenos burgueses”, tornou inteligível essa diversidade de perfis e trajetórias. De um lado, o material de entrevistas demonstrou as trajetórias dos “sobreviventes da superseleção”, isto é, dos “cotistas” que, de fato, partem das camadas populares, a partir de grupos monoparentais, chefiados por mães, trabalhadoras manuais e de baixa escolaridade.

Por outro lado, esse material também colocou em evidência as trajetórias de “cotistas” que apresentam propriedades sociais e educacionais diferentes das expectativas circulantes sobre os beneficiários das ações afirmativas. Como vimos, esse perfil envolveu famílias geralmente biparentais com pais inseridos em ocupações “não manuais” (embora de escalão inferior em burocracias privadas ou públicas), com um dos pais, ao menos, apresentando ensino superior. Do ponto de vista da escolarização, acompanhamos como os itinerários desses entrevistados não se deixam confundir com os percursos escolares da classe média alta (transcorridos em estabelecimentos privados de elite), mas se mostram claramente privilegiados em oposição aos padrões de escolarização comuns às camadas populares.

Também argumentamos que, não fossem as cotas, o acesso dos cotistas “pequeno burgueses” a um curso de medicina, em instituições públicas, seria incerto e demorado – à medida que eles teriam que superar, na média nacional, 66 candidatos por cada vaga em cursos de medicina de IES federais (Lucca, 2023) – enquanto o acesso a um curso privado seria absolutamente impossível, uma vez que as mensalidades, em tais cursos, alcançam valores de 12 mil reais mensais (Scheffer, 2023, p. 102).

O conhecimento sobre a diversidade existente no interior da categoria “cotista” pode suscitar, ao menos, duas questões instigantes. Primeiramente, podemos nos perguntar se a existência de cotistas, com pais que possuem ensino superior, revelaria (ou não) a ocorrência de *creaming* (Alon, 2015: 240-243) na política federal de cotas, isto é, um “efeito nata” que tende a “sobre representar” grupos relativamente privilegiados entre os beneficiários das ações afirmativas.

Em segundo lugar, também podemos indagar se a existência desse perfil de cotistas coloca (ou não) a questão da “estratificação horizontal” (Carvalhoes e Costa Ribeiro, 2019), ou seja, a presença de universitários socialmente desiguais, em carreiras desigualmente seletivas, no universo específico dos beneficiários da “Lei de Cotas”.

Antes de considerar a legitimidade dessas possíveis questões de pesquisa, devemos frisar, entretanto, que os estudos que revisam, mais detidamente, a literatura sobre o tema (Senkevics e Mello, 2022 e Basso-Poletto et al., 2020) tem apontado para a persistente demanda por mais pesquisas de alcance nacional sobre as trajetórias de beneficiários das ações afirmativas “antes” e “depois” do ingresso no sistema universitário federal, uma vez que a maioria dos estudos na área têm focado as próprias instituições às quais os pesquisadores se vinculam, possuindo, portanto, um escopo localizado e institucional (Basso-Poletto, 2020, p. 23). Embora nosso estudo também apresente essas características, esperamos ter contribuído para aumentar o conhecimento sobre a diversidade de perfis e trajetórias existente no interior do universo de beneficiários da Lei 12.711, um tema pouco explorado na literatura e que, conforme argumentamos, pode suscitar questões futuras de pesquisa.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL “Maior presença de negros no país reflete reconhecimento racial” Acesso em 22 de março de 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-12/maior-presenca-de-negros-no-pais-reflete-reconhecimento-racial#>. Acesso em 9 de setembro de 2023.

ALMEIDA, Ana *As escolas dos dirigentes paulistas: ensino médio, vestibular, desigualdade social*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

ALON, Sigal. *Race, class and affirmative action*. Nova Iorque: The Russel Sage Foundation, 2015.

BARBOSA, Maria Ligia. A qualidade das escolas e as desigualdades raciais no Brasil in Soares, Serguei et al. (org) *Os mecanismos de discriminação racial nas escolas brasileiras* Brasília: IPEA, 2005.

BASSO-POLETTTO, Daniela; EFROM, Cora e RODRIGUES, Maria Beatriz. Ações Afirmativas no Ensino Superior: revisão quantitativa e qualitativa de literatura. *Revista Eletrônica Educar*. v 24, n. 1, p. 1-34, 2020. <http://doi.org/10.15359/ree.24-1.16>.

BERTAUX, Daniel e THOMPSON, Paul (org.) *Pathways to Social Class: a qualitative approach to social mobility* New Brunswick & Londres: Transaction Publisher, 2007

BONALDI, Eduardo. Tentando “chegar lá”: as experiências de jovens de um cursinho popular. *Tempo Social*, v. 30, n. 1, pp. 259-282, 2018. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2018.119387>

BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra in _____. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 112-121.

_____. *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo, Edusp. Porto Alegre, Zouk.

_____. *Homo Academicus*. Florianópolis, Editora da UFSC.

_____. “A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura” in Nogueira, Maria Alice e Catani, Afranio (org.) *Pierre Bourdieu - Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 2011b, p. 39-65.

BOURDIEU, Pierre e SAINT-MARTIN, Monique de. (2011) “As categorias do juízo professoral” in Nogueira, Maria Alice e Catani, Afranio (org.) *Pierre Bourdieu - Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 2011 p.185-216.

_____. *Os Herdeiros: os estudantes e a cultura*. Florianópolis, editora da UFSC, 2014.

CARVALHAES, Flavio “A tipologia ocupacional Erikson-Goldthorpe-Portocarero (EGP): uma avaliação analítica e empírica” *Revista Sociedade e Estado*, v. 30, n.1, p 673-703, 2015. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922015.00030005>

COELHO, Edmundo. *As Profissões Imperiais*. Rio de Janeiro-São Paulo, editora Record, 1999.

CORADINI, Odair “A formação da elite médica, a Academia Nacional de Medicina e a França como centro de importação” *Estudos Históricos*, n° 35, p. 3-22, 2005

COSTA, Eliane S., SCHUCMAN, Lia V. “Identidades, Identificações e Classificações Raciais no Brasil: O Pardo e as Ações Afirmativas” *Estud. pesqui. psicol.* v. 22, n. 02, p. 466-484, 2022. https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812022000200466

DAFLON, Veronica; SILVA, Graziela e GIRAUT, Camille. Raça, Estado e burocracias: as comissões de heteroclassificação nas Instituições Federais de Ensino Superior in RIOS, Flávia; CAMPOS, Luiz A. e LIMA, Raquel G. (org.). *Raça e Estado*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2022, p. 137-192.

DE PAULA, Gustavo B., NONATO, BRÉSCIA F., Nogueira, Claudio M.M. “Ações afirmativas e estratificação horizontal: comparação entre bônus e lei de cotas” *Educação em Revista*, v.39 , pp. 2-25, 2023. <https://doi.org/10.1590/0102-469837918>

FERES JR., João, CAMPOS, Luiz A., DAFLON, Verônica T., VENTURINI, Anna C. *Ação Afirmativa: conceito, história e debates*. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2018.

FERNANDES, Florestan “O “mito” da democracia racial” in *A integração do negro na sociedade de classes (o legado da “raça branca”)*. São Paulo, Globo, 2008, p. 331-354.

GEERTZ, Clifford. *The interpretation of cultures*. Nova Iorque: Basic Books, 1973

LUCCA, Bruno. “Concorrência para cursar medicina no Brasil despenca em 8 anos”. *Folha de São Paulo* Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2023/12/concorrenca-para-cursar-medicina-no-brasil-despenca-em-8-anos>

FREIDSON, Eliot. *Profession of Medicine. A Study of the Sociology of Applied Knowledge*. Nova Iorque, Dodd, Mead & Company, 1970.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro, editora Guanabara, 1988.

HASENBALG, Carlos A. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

NASCIMENTO, Matheus M., Cavalcanti, Claudio J., OSTERMANN, Fernanda. “Dez anos de instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: o papel social dos institutos federais” *Rev. bras. Estud. pedagog.*, v. 101, n. 257, pp. 120-145, 2020. <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.101i257.4420>

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA *Pronunciamento do presidente Lula na cerimônia de sanção do PL que atualiza a Lei de Cotas*. Acesso em 21/03/2024. Disponível em <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/pronunciamento-do-presidente-lula-na-cerimonia-de-sancao-do-pl-que-atualiza-a-lei-de-cotas>.

RIOS, Flávia “O que o colorismo diz sobre as relações raciais brasileiras?” Acesso em 23 de março de 2024. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-que-o-colorismo-diz-sobre-as-relacoes-raciais-brasileiras/>, 2019.

ROMANELLI, Geraldo; NOGUEIRA, Maria Alice & ZAGO, Nadir. *Família & escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares* 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

SCHEFFER, Mario. et al. *Demografia Médica no Brasil 2023*. São Paulo, FMUSP e AMB, 2023.

SENKEVICS, Adriano e MELLO, Ursula. Balanço dos dez anos da política federal de cotas na educação superior (Lei nº 12.711/2012). *Cad. Est.Pesq. em Pol.Educacionais*. v.6, p. 209-232, 2022 . <https://doi.10.24109/9786558010531.ceppe.v6.5384>

SMALL, Mario ‘How many cases do I need?’ On science and the logic of case selection in field-based research. *Ethnography*. V.10; n. 1, p. 5-38, 2009.

_____. How to conduct a mixed methods study: recente trends in a rapidly growing literature. *Anu.Rev.Sociol.* v. 37, p. 75-86, 2011.

WAINER, Jacques e MELGUIZO, Tatiane. Políticas de inclusão no ensino superior: avaliação do desempenho dos alunos baseado no Enade de 2012 a 2014. *Educ. Pesqui.*, v. 44, 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-9702201612162807>

A PESQUISA TEM APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA DA INSTITUIÇÃO? Sim, o projeto de pesquisa “‘Iguais’ ou ‘Diferentes?’ Perfis e Trajetórias de universitários cotistas nas carreiras de Medicina e de Pedagogia da UFSC” foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH/UFSC), sob o CAAE 58956922.0.0000.0121.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA: O conjunto de dados da pesquisa está publicado no artigo.

FINANCIAMENTO: O autor é bolsista de doutorado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior –Brasil (CAPES)-Código de Financiamento 001.

CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS: Ambos autores participaram de todas as etapas da pesquisa. O texto foi redigido pelo autor e revisado pelo coautor.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE: Os autores declaram não haver conflitos de interesse.

MINIBIOGRAFIA DOS AUTORES DO PAPER: Eduardo Vilar Bonaldi é Professor no Depto de Sociologia e Ciência Política da UFSC. Luan Viricimo é doutorando no Programa de Pós-Graduação de Sociologia e Ciência Política da UFSC.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.